

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.012

# ACESSIBILIDADE CURRICULAR DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: AÇÕES INCLUSIVAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alessandra Sabóia Jucá<sup>1</sup>

Hariane Cristine de Castro Costa<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo geral descrever práticas pedagógicas inclusivas que promovem a acessibilidade curricular de estudantes público-alvo da educação especial nos anos finais do ensino fundamental da Escola Municipal Conceição Mourão, localizada no município de Fortaleza (CE). Os objetivos específicos incluíram relatar as ações inclusivas planejadas e implementadas, analisar o fortalecimento do planejamento colaborativo entre a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os docentes da sala de aula comum, e apresentar o Núcleo de Inclusão Conceição Mourão (NICOM), composto por representantes de cada turma. A pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, fundamentou-se em autores como Correia (2016), Lustosa e Figueredo (2021), Minetto (2021), Silva (2021), Mantoan e Lanuti (2022) e Oliveira (2023), destacando a importância da inclusão escolar e da acessibilidade curricular. As ações desenvolvidas ao longo do ano foram a elaboração

- 1 Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)/Instituto Federal do Ceará (IFCE), ale02bio@yahoo.com.br.
- 2 Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)/Instituto Federal do Ceará (IFCE), harianecristine@yahoo.com.br.

de um portfólio para registrar as práticas inclusivas, a Conscientização sobre o Autismo, a Semana da Inclusão e práticas pedagógicas variadas em sala de aula comum. Além do planejamento colaborativo que acontece mensalmente, na segunda semana, e da atuação dos representantes do NICOM como mediadores do processo inclusivo. Os resultados mostraram avanços na participação dos estudantes com deficiência e fortalecimento da parceria entre professores. Logo, é necessário avançar em direção a uma educação que sustente tais práticas, garantindo ao estudante o direito à participação e o acesso à aprendizagem.

**Palavras-chave:** Acessibilidade curricular, Planejamento colaborativo, Núcleo de Inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

A Rede Municipal de Fortaleza tem realizado vários avanços na promoção da Educação Inclusiva nos últimos anos, com destaque para a Semana da Diversidade e Inclusão, realizada anualmente. O evento é aberto a participação de todos os professores da rede no dia do seu planejamento pedagógico, com o objetivo de discutir e aprimorar práticas inclusivas. A programação inclui apresentações artístico-culturais, palestras, oficinas, minicursos e exposições.

Além disso, outras ações inclusivas relevantes são: o planejamento colaborativo entre professores do AEE e docentes da sala de aula comum que acontece mensalmente; a atuação de profissionais de apoio e assistentes de inclusão; a lotação de dois professores de AEE, para acompanhar os estudantes, em escolas com mais de cem discentes com deficiência; o repasse anual de recursos financeiros para a manutenção das Salas de Recursos Multifuncionais; e a formação continuada de professores, assistentes, profissionais de apoio e gestão.

A Escola Municipal Conceição Mourão, localizada no Município de Fortaleza, no Distrito V, no bairro Granja Portugal, atende 530 alunos dos anos finais do ensino fundamental, sendo 34 estudantes público-alvo da educação especial, apresentando níveis variados de leitura e escrita, que vão desde o estágio pré-silábico até o alfabético.

Assim como os demais estudantes, esses alunos devem ter garantido o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. Nesse contexto, a escola busca promover a acessibilidade curricular e caminhar na direção de possibilitar ações cada vez mais inclusivas.

Diante disso, justifica-se a importância de descrever como essas ações acontecem no dia a dia da escola. Vale compreender que práticas pedagógicas inclusivas não se resumem a levar uma atividade diferenciada para o estudante, muitas vezes extraída de livros da Educação Infantil. Essa realidade ainda representa um grande desafio para muitos docentes, principalmente para professores de áreas específicas.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral descrever práticas pedagógicas inclusivas que promovem a acessibilidade curricular de estudantes público-alvo da educação especial nos anos finais do ensino fundamental da E.M. Conceição Mourão.

Os objetivos específicos incluíram relatar as ações inclusivas planejadas e implementadas, analisar o fortalecimento do planejamento colaborativo entre a professora do AEE e os docentes da sala de aula comum, e apresentar o NICOM, composto por representantes de cada turma.

Portanto, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, com o intuito de analisar e apresentar ações adotadas pela escola para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em seguida, nos Resultados e Discussão, a análise das práticas pedagógicas desenvolvidas na E.M. Conceição Mourão mostrou o compromisso da escola com a efetivação da inclusão escolar. Os professores têm buscado diversificar as estratégias e tornar o currículo mais acessível, favorecendo a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Também foi possível observar o trabalho colaborativo entre o professor de sala comum e o do AEE, além das ações de conscientização desenvolvidas ao longo do ano.

Por fim, nas considerações finais, constatou-se que a construção de uma escola inclusiva é um processo que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar e o compromisso em refletir e melhorar as práticas. Assim, a pesquisa ressalta a importância de garantir o direito à educação para todos, valorizando a diversidade.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter descritivo. A abordagem qualitativa possibilita uma análise aprofundada das experiências, permitindo compreender o fenômeno em seu contexto natural. Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo

dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações humanas.

Em relação a pesquisa descritiva, Gil (2008) afirma que tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Dessa forma, buscou-se compreender e descrever as práticas pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar.

O estudo foi desenvolvido em uma escola da rede pública de ensino, localizada no município de Fortaleza/CE, a E.M. Conceição Mourão, que atende 530 estudantes dos anos finais do ensino fundamental, sendo 34 público-alvo da educação especial.

Vale salientar que a Escola também possui um anexo, a Creche Dona Eulália Uchôa Alves, localizada no mesmo bairro, e que mantém uma parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza. A Creche atende crianças de 1 a 3 anos de idade em período integral.

A instituição conta com seis turmas: duas de infantil I, duas de infantil II e duas de infantil III. Cada turma de infantil I tem 16 alunos, enquanto as de infantil II e III atendem 20 crianças cada, totalizando 112 alunos, sendo 15 diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Cada sala de aula possui uma professora e uma auxiliar, tendo o apoio de uma coordenadora geral.

Os participantes da pesquisa foram professores e estudantes. Para a coleta de dados foram utilizadas observações no ambiente escolar, análise documental do portfólio de ações inclusivas da escola e registros do AEE.

Os dados obtidos foram organizados e analisados de forma descritiva e interpretativa. Segundo Bardim (2016), a análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas que permitem inferências e interpretações a partir das mensagens, com base em procedimentos sistemáticos e objetivos.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 AÇÕES INCLUSIVAS DA ESCOLA MUNICIPAL CONCEIÇÃO MOURÃO

A Escola Municipal Conceição Mourão tem desenvolvido ações na garantia de uma educação mais inclusiva. Segundo Silveira (2020, p. 21-22),

a inclusão deve ser iniciada na escola, visto que a instituição de ensino é um espaço democrático, onde os diferentes sujeitos podem ser agentes multiplicadores das ideias, bem como levar tal prática para a comunidade interna e externa da escola. A educação inclusiva nesse aspecto, surge como um direito a diferença dos diferentes discentes, além de ser uma importante ferramenta para fazer da escola, um ambiente participativo.

Nesse sentido, a seguir, são descritas algumas das principais iniciativas implementadas pela instituição e os serviços oferecidos.

#### 3.1.1 PORTFÓLIO

No encontro pedagógico do início do ano letivo de 2025, realizado no dia 29 de janeiro, as professoras do AEE apresentaram aos educadores a proposta de criar um portfólio, com o objetivo geral de registrar todas as ações inclusivas desenvolvidas na escola, demonstrando o comprometimento em promover um ambiente acessível para todos os estudantes.

Os objetivos específicos do portfólio consistem em: a) organizar de forma sistemática as práticas inclusivas; b) compartilhar experiências e inspirar outros educadores por meio da divulgação de estratégias bem sucedidas e; c) servir de instrumento de apoio para o planejamento colaborativo mensal entre o professor do AEE e os professores de sala de aula comum favorecendo o debate sobre uma educação para todos na escola.

Cavalcante (2021, p. 62) destaca que a “inclusão tem a ver com pensar na nossa condição de humanidade, no que nos faz gente e, se

alcançarmos uma escola realmente inclusiva, teremos condição de ser uma sociedade justa, humana. Concluí que inclusão é projeto de vida e de sociedade”.

Assim, na apresentação da proposta do portfólio, intitulado “Portfólio de inclusão: relatos e práticas na Escola Conceição Mourão”, foram mostradas as ações que aconteceram no ano letivo de 2024 e reveladas as atividades propostas para 2025, como a criação do NICOM, elaboração de avaliações bimestrais acessíveis para estudantes público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

No decorrer do ano, o portfólio está sendo constantemente alimentado e suas ações compartilhadas no planejamento colaborativo, com registros das práticas que favorecem a participação dos estudantes, como a realização de experimentos, jogos educativos, trabalhos em grupo, exposições, aulas de campo, produção de maquetes, cartazes, seminários, danças, desfiles e projetos, incluindo o Dia D da Leitura, a Feira de Ciências, a Semana da Consciência Negra, o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, a Semana da Inclusão e os Jogos Interclasses.

Para Minetto (2021, p.73) “[...] a escola deve se organizar e se estruturar para oferecer condições reais de aprendizagem, e não só de socialização [...]”. Dessa forma, é possível garantir que todos os estudantes, independentemente de suas especificidades, participem ativamente. Diante disso, o portfólio é um importante instrumento de acompanhamento e reflexão sobre as práticas inclusivas desenvolvidas na escola. Assim, é possível registrar avanços, identificar desafios e replanejar ações.

### 3.1.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A E.M. Conceição Mourão possui uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), conforme mostra a figura 1, com duas professoras do AEE, sendo uma em cada turno. Elas atuam no contraturno escolar, oferecendo complementação e/ou suplementação da aprendizagem aos estudantes público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

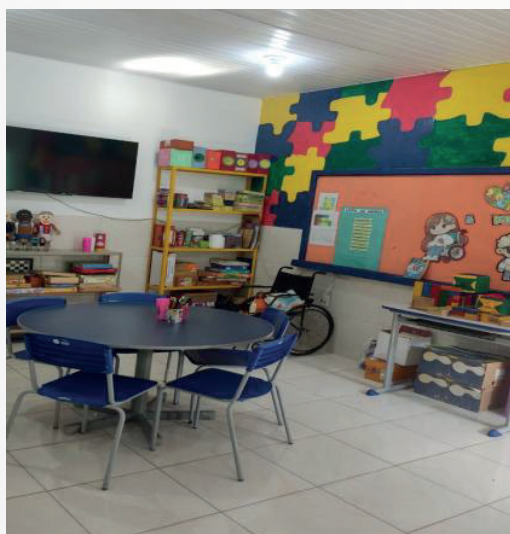
Além disso, na SRM há vários recursos para serem utilizados nos diferentes tipos de deficiências, como materiais em Libras (figura 2), materiais em Braille e jogos educativos que estimulam o raciocínio lógico e a alfabetização.

Oliveira (2023, p.90) destaca que “a Resolução n.4 do Conselho Nacional de Educação, de 2 de outubro de 2009, institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica, modalidade educação especial”.

Nesse sentido, o AEE é um apoio necessário para que os estudantes possam superar barreiras a participação e a aprendizagem, garantindo autonomia e o direito a uma educação inclusiva de qualidade.

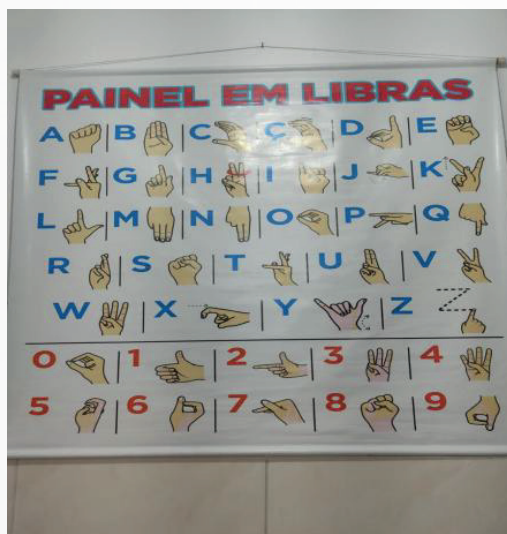
Atualmente, dos 34 alunos matriculados com direito ao AEE, 5 frequentam no turno da manhã e 16 no turno da tarde, com dois atendimentos semanais, de 50 minutos cada. No turno da manhã, há uma ausência maior e, quando os responsáveis pelos estudantes são chamados, eles justificam que os filhos apresentam dificuldades para acordar cedo devido ao uso de medicações e/ou distúrbios de sono.

**Figura 1** - Sala de Recursos Multifuncionais



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 2** - Painel em Libras



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

Além disso, deste total de estudantes, quatro fazem acompanhamento em outras instituições que oferecem um atendimento mais completo, com uma equipe multidisciplinar composta por terapeuta ocupacional, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogo.

No prédio anexo, na Creche Dona Eulália Uchôa Alves, das 15 crianças diagnosticadas com TEA, 12 são atendidas assiduamente (figuras 3 e 4), todas as quintas-feiras, pelas duas professoras do AEE.

É importante ressaltar que o AEE desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e na aprendizagem de crianças com TEA na Educação Infantil, pois oferece suporte pedagógico complementar às práticas da sala de aula comum.

Machado (2021, p. 41) destaca que o AEE “quando adequadamente compreendido e praticado nas escolas, pode ir além de seus objetivos específicos, ampliando a discussão e assegurando o direito à diferença na igualdade de direitos a todos os estudantes”.

**Figura 3** - Atendimento na Creche Infantil II



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 4** - Atendimento na Creche Infantil III



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

### **3.1.3 ASSISTENTE DE INCLUSÃO E PROFISSIONAL DE APOIO**

Além do AEE, a escola conta com três assistentes de inclusão e uma profissional de apoio responsável por auxiliar os estudantes com necessidades específicas de higienização, alimentação, locomoção, comunicação e interação social.

A função dessas profissionais é respaldada pela Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) e por normas complementares do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), através da Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 (Brasil, 2009).

Vale salientar que o número reduzido de assistentes de inclusão e profissionais de apoio nas salas comuns também representa uma barreira à inclusão efetiva. Muitos alunos, principalmente aqueles com TEA, necessitam de auxílio na comunicação, na interação com os colegas e na higienização. No entanto, essas demandas acabam sobrecarregando as poucas profissionais disponíveis.

Sem esse suporte em algumas salas, os professores da sala comum não têm condições de atender adequadamente todos os estudantes, devido a grande quantidade de alunos por sala, o que dificulta garantir um aprendizado significativo para todos.

Investir na contratação de mais profissionais e na formação continuada da equipe escolar é essencial para superar essas dificuldades e garantir que a escola cumpra seu papel na promoção da inclusão.

### **3.1.4 PLANEJAMENTO COLABORATIVO**

O planejamento colaborativo entre as professoras do AEE e os professores da sala de aula comum acontece na segunda semana de cada mês. No início de cada encontro, é oferecido um mimo simples (figuras 5 e 6), acompanhado de uma mensagem reflexiva sobre inclusão. Esse gesto

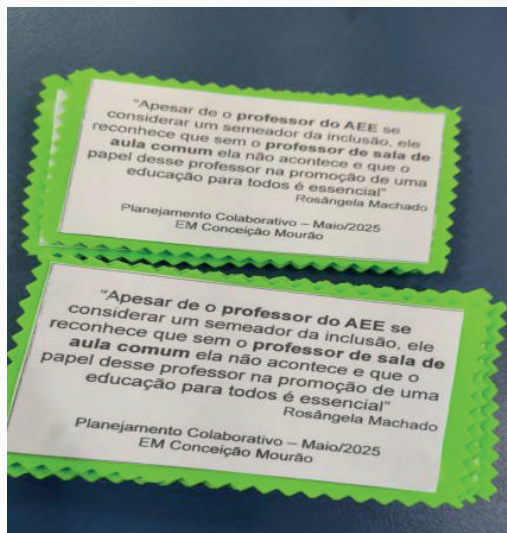
busca inspirar o compromisso coletivo com uma educação que valoriza as diferenças.

**Figura 5** – Mimo para os professores



**Fonte:** Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 6** – Mensagem



**Fonte:** Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

Nesse momento, os docentes planejam e dialogam sobre as ações pedagógicas e as especificidades de cada estudante, buscando as melhores estratégias de ensino e aprendizagem para todos. Além disso, a professora do AEE realiza o registro das informações que serão usadas na elaboração dos relatórios.

Cavalcante (2021, p. 63) ressalta que “apesar de o professor do AEE se considerar um semeador da inclusão, ele reconhece que sem o professor comum ela não acontece, e que o papel desse profissional na promoção de uma educação para todos é essencial”.

Cabe enfatizar que a prática do planejamento colaborativo, é uma grande conquista da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, implementada no ano letivo de 2023 e tem promovido grandes avanços nas práticas pedagógicas, contribuindo para a aprendizagem de todos os estudantes, com ou sem deficiência. Por isso, Santos *et al* (2024, p.6) reforçam que:

Precisamos construir uma práxis pedagógica, na qual a busca pelo domínio da teoria em articulação com a prática, mediada

pela reflexão crítica e coletiva, possa nos subsidiar na organização de processos educativos capazes de promoverem a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

### **3.1.5 NÚCLEO DE INCLUSÃO CONCEIÇÃO MOURÃO (NICOM)**

Em fevereiro de 2025 foi criado o NICOM, no turno da tarde, composto por dois estudantes de cada turma, totalizando dezesseis alunos. Eles foram selecionados com o objetivo de atuarem como mediadores da inclusão, colaborando para a promoção de um ambiente escolar mais acolhedor, apoiando seus colegas nas atividades, combatendo o bullying e respeitando a diversidade.

Mensalmente é feita uma reunião com os integrantes do NICOM para pensar coletivamente em ações inclusivas e compartilhar seus olhares sobre as especificidades dos colegas, fortalecendo a cultura inclusiva.

Embora o NICOM tenha sido uma iniciativa para engajar os estudantes nas ações inclusivas da escola, os resultados obtidos ainda não correspondem ao esperado. Foi observado, principalmente nas ações da Semana da Inclusão, que alguns alunos que se dispuseram a colaborar não demonstravam o envolvimento necessário com as propostas, participando mais pelo interesse em se ausentar da sala de aula do que pelo compromisso com o que havia sido planejado.

Para fortalecer essa iniciativa, é necessário promover outros momentos de sensibilização sobre o papel e a importância do NICOM, além de definir atribuições mais claras para os estudantes.

### **3.1.6 SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO**

A semana de conscientização sobre o autismo aconteceu de 31 de março a 4 de abril, com uma programação diversificada que incluiu apresentações no pátio durante a acolhida dos alunos, exibição de vídeos, jogos de perguntas e respostas com as turmas no auditório, um café com os professores (figura 7) e a montagem de um painel alusivo à data (figura 8).

Foi uma semana bem produtiva e com o objetivo de promover o conhecimento e a inclusão, visto que a maioria dos estudantes da escola público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva são diagnosticados com TEA. Daí a importância desse momento para combater preconceitos e incentivar o respeito às diferenças.

**Figura 7** – Café com os professores



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 8** – Painel



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

### 3.1.7 SEMANA DA INCLUSÃO

A Semana da Inclusão aconteceu de 15 a 19 de setembro com uma programação bem dinâmica, construída coletivamente com o grupo de professores, com o intuito de promover um espaço de diálogo e reflexão, sensibilizando para a importância do acolhimento às singularidades dos estudantes. Na figura 9, podemos observar um painel alusivo à Semana.

A abertura foi realizada pelo NICOM, durante a acolhida dos estudantes no início da aula, com a apresentação de uma peça. Após o intervalo, a programação seguiu com o “café com inclusão”, oferecido aos responsáveis pelos estudantes, que contou com uma roda de conversa, a apresentação das ações inclusivas desenvolvidas ao longo do primeiro semestre e foi reforçada a importância da parceria entre escola e família na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

No segundo dia, houve uma palestra com a Livinha Vasconcelos, pessoa com deficiência, delegada da Annabra, membro da Gestão de Inclusão da Câmara Municipal de Fortaleza, coach e estudante de Direito, Psicanálise e Serviço Social. Os alunos se sentiram motivados a combater o preconceito e valorizar as potencialidades de cada pessoa, independentemente de qualquer deficiência.

No terceiro dia de programação, foram as apresentações de trabalhos realizadas em sala de aula (figura 10), abordando temas como racismo, LGBTQIAPN+, diversidade religiosa e pessoas com deficiência (PCD). As turmas foram divididas em quatro equipes, e cada uma ficou responsável por apresentar um tema à comissão avaliadora. Os trabalhos foram muito bem elaborados e apresentados (figura 10). Mantoan e Lanuti (2022, p.54) afirmam que:

Em uma escola para todos, as atividades de ensino são abertas à participação de todos os alunos [...]. São momentos em que, dada a diversidade de oportunidades de participação, cada estudante atua a partir do que funciona para ele como signo, sem que seja necessário adaptar uma tarefa para um ou outro aluno.

**Figura 9** – Painel da Semana da Inclusão



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 10** – Trabalho sobre PCD



Fonte: Prof<sup>a</sup> Alessandra Sabóia (2025)

Dando continuidade à semana, foi feita uma reunião com todos os responsáveis na Creche Dona Eulália Uchôa Alves. Foi um momento rico de diálogo e conscientização sobre a inclusão. Por fim, no último dia, ocorreu o “Café com Inclusão” com os professores, onde compartilhamos as ações desenvolvidas e registradas no portfólio, seguida de uma confraternização, com café e mimos.

### 3.1.8 ESCOLA ANTIRRACISTA

A Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), promove todos os anos o Selo Escola Antirracista, uma ação que reconhece as práticas pedagógicas voltadas para a educação sobre as relações étnico-raciais.

O Selo constitui um incentivo para que as ações antirracistas sejam desenvolvidas na escola ao longo de todo o ano letivo, e não somente no dia 20 de novembro, data alusiva ao Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra. Essa temática é necessária e urgente para a construção e fortalecimento de uma educação antirracista.

Diante disso, é importante destacar que há necessidade de formação continuada sobre o tema, para que os professores se sintam mais preparados para essa abordagem (Ferreira, 2020). Na E.M. Conceição Mourão, logo na entrada, há um grande mural que sinaliza que a escola é antirracista e inclusiva (figura 11).

Além disso, cartazes confeccionados pela coordenação e pelos estudantes estão distribuídos pelos corredores e salas de aula (figuras 12 a 14). Também são realizadas palestras para os professores, exibição de vídeos e rodas de conversa.

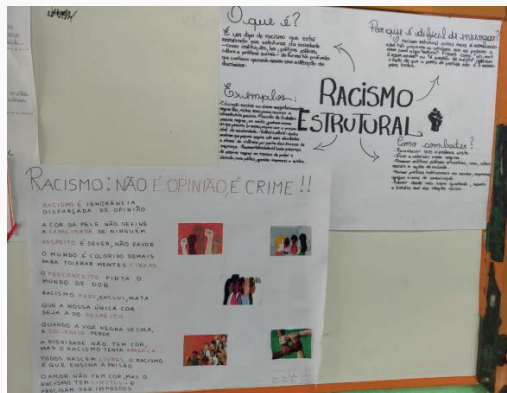
Assim, o enfrentamento ao racismo deve ocorrer diariamente nas escolas. “Empreter o currículo significa quebrar estereótipos e produzir outros imaginários sobre a população negra, seja brasileira ou afrodiáspórica” (Silva; Rosa, 2023, p.55).

**Figura 11** – Mural



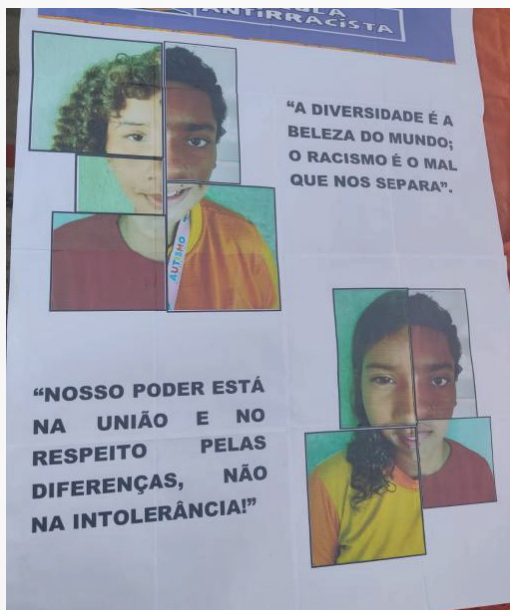
Fonte: Profª Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 12** – Cartazes Racismo Estrutural



Fonte: Profª Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 13** – Cartaz Diversidade



Fonte: Profª Alessandra Sabóia (2025)

**Figura 14** – Baobá confeccionado por alunos do AEE



Fonte: Profª Alessandra Sabóia (2025)

### 3.1.9 ACESSIBILIDADE CURRICULAR EM SALA DE AULA COMUM

Atividades acessíveis desempenham um papel fundamental na construção de uma escola para todos, pois garantem que todos tenham as mesmas oportunidades de participação e aprendizagem. Essas atividades

valorizam a diversidade e respeita as individualidades. “os docentes de sala de aula podem preparar suas próprias aulas adotando uma didática aberta, orientada à valorização das diferenças, universal, plural, acessível a todos e todas” (Pontis, 2022, p.8).

Nessa perspectiva, Correa (2016) ressalta que a ideia de Acessibilidade Curricular está relacionada à manutenção de um currículo comum para todos, mas que pode se tornar acessível por meio de práticas pedagógicas que levem em conta diferentes formas de aprendizado e de interação com o conhecimento.

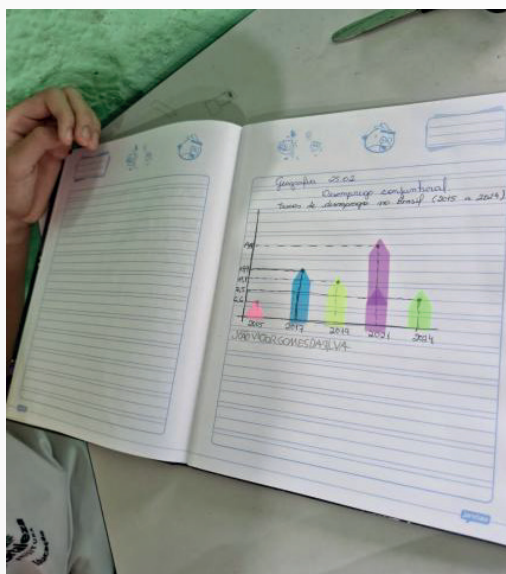
Desse modo, na E.M. Conceição Mourão, observam-se diversas práticas inclusivas em sala de aula, tais como: confecção de cartazes sobre o racismo, com a orientação da professora de Ensino Religioso, com exposição no mural da escola para a visualização de toda comunidade escolar; fixação de tabuadas nas paredes pelo professor de Matemática para auxiliar a resolução de atividades envolvendo problemas e equações, realização de experimentos, aula de campo (figura 15), apresentações e atividades acessíveis (figura 16).

**Figura 15** – Aula de campo no planetário



**Fonte:** Prof<sup>a</sup> Sarah Brenda (2025)

**Figura 16** – Atividades acessíveis



**Fonte:** Prof<sup>a</sup> Ana Flávia (2025)

Silva (2021, p. 85) ressalta que:

a concepção de inclusão vai além da interação ou matrícula, é o direito de se desenvolver as competências, de aprender. O trabalho pedagógico é de responsabilidade dos profissionais da educação e contempla não somente os estudantes com deficiência, mas todos os estudantes que precisam dessa estratégia para aprender os conteúdos disponibilizados nas aulas e do processo de escolarização, entendido como aprendizagem dos conteúdos acadêmicos.

Diante disso, outras práticas pedagógicas desenvolvidas na escola incluem a produção e a exposição de maquetes nas aulas de Ciências (figura 17), Geografia e Educação Física (figura 18). Segundo Maldaner, Boer e Werner da Rosa (2023), no Brasil, especialmente no ensino fundamental, o ensino de Ciências deve incluir práticas diversificadas como investigação, contextualização dos conteúdos e vivências que conectem a escola à realidade local.

**Figura 17** – Maquete de Ciências



**Fonte:** Prof<sup>a</sup> Sarah Brenda (2025)

**Figura 18** – Maquete de Ed. Física



**Fonte:** Prof<sup>o</sup> Igor Teodózio (2025)

Além dessas iniciativas, outras ações observadas foram a confecção de máscaras para as apresentações carnavalescas, coordenada pela professora de Artes. A realização de jogos e aulas práticas em Educação Física e o uso da escrita em letra bastão na lousa, para facilitar a leitura por todos os alunos. Assim, a concretização de uma escola inclusiva, que respeita as especificidades de cada estudante é um desafio permanente. Lustosa e Figueiredo (2021, p.91) afirmam que:

Assumir e realizar a prática pedagógica em uma orientação inclusiva se constitui, em uma parte significativa, fomentar estratégias didáticas e procedimentos que repercutam na aprendizagem de todos os estudantes, bem como nos assumir como educadores na autoria da nossa própria ação docente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações inclusivas desenvolvidas na E.M. Conceição Mourão demonstram o compromisso da comunidade escolar com a garantia do direito a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e promovendo práticas pedagógicas que valorizam a diversidade.

No entanto, é fundamental compreender que a inclusão escolar é um processo dinâmico, que exige constante reflexão, acompanhamento e aperfeiçoamento das práticas já implementadas na escola. As ações inclusivas precisam ser continuamente avaliadas, de modo a identificar aspectos que podem ser melhorados.

Assim, é importante o planejamento colaborativo bem participativo, as práticas pedagógicas diversificadas e a oferta de formação continuada dos professores, para que o trabalho inclusivo avance cada vez mais.

#### REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº4, de 2 de outubro de 2009. *Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 29 set. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 29 set. 2025.

CAVALCANTE, Meire. *Recusar o imobilismo: uma carta aos profissionais da educação especial*. In: MANTOAN, Maria Tereza Égler; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista (Org.). *Todos pela inclusão escolar – dos fundamentos às práticas*. Curitiba: CRV, 2021. 61-68.

CORREIA, G. B. *Deficiência, conhecimento e aprendizagem: uma análise relativa à produção acadêmica sobre educação especial e currículo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUSTOSA, F. G.; FIGUEREDO, R. V. de. *Inclusão, o olhar que ensina: a construção de práticas pedagógicas de atenção às diferenças*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

MACHADO, Rosângela. *O atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Florianópolis/SC e o LEPED*. In: MANTOAN, Maria Tereza Égler; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista (Org.). *Todos pela inclusão escolar – dos fundamentos às práticas*. Curitiba: CRV, 2021. 37-42.

MANTOAN, M. T. E.; LANUTI, J. E. O. E. *A escola que queremos para todos*. Curitiba: CRV, 2022, 96p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de Oliveira. *Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

PONTIS, Marco. *Autismo: o que fazer e o que evitar: guia rápido para professores e professoras do ensino fundamental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

SANTOS, G. C. S. et al. *Gestão de sala de aula inclusiva: a gênese de práticas pedagógicas e o atendimento educacional especializado*. Módulo II. Unidade 2. Ceará: RENAFOR/MEC/UFC, 2024.

SILVA, Isis Grace da. *Da teoria à prática: adequação curricular e ensino estruturado*. Curitiba: Appris, 2021.

SILVA, Luce Elena Diogo da; ROSA, Sanny Silva da. *Empretecendo o currículo: por uma comunidade escolar [e não-escolar] antirracista*. Revista Teias, Rio de Janeiro, v.24, n.74, p. 55-69, jul./set. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/74776>. Acesso em: 28 set.2025.

SILVEIRA, J. L. da. *Abordagens sobre educação inclusiva*. Minas Gerais: Editora MultiAtual, v.1, 2020.